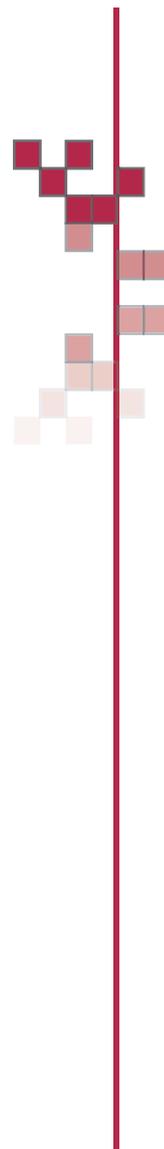


# Negros, brancos e o grupo dos ricos: o outro lado da desigualdade racial brasileira

Blacks, whites and the top incomes:  
The other side of Brazilian racial inequality



Emerson Ferreira Rocha<sup>1</sup>  
erochedo@gmail.com

## Resumo

*Esse artigo aborda os determinantes da desigualdade racial na composição do grupo dos ricos, entendido como o grupo do 1% com maior renda no trabalho principal. Mostra-se que os fatores que explicam a desigualdade racial de renda têm comportamento diferenciado ao longo da distribuição dos estratos sociais, com as desvantagens diretamente associadas à condição do negro atingindo seu pico nas posições mais elevadas. Isso contraria diretamente a tese do embranquecimento naquilo em que ela afirma que negros em posições de classe mais elevadas seriam socialmente aceitos como brancos. Utilizam-se os Microdados do Censo Demográfico de 2010. As técnicas utilizadas consistem em regressões lineares e não lineares.*

**Palavras-chave:** *desigualdade racial, discriminação, renda, educação, riqueza.*

## Abstract

*This article discusses the determinants of racial inequality in the composition of the top incomes in Brazil. The results show that the factors explaining racial inequality behave unevenly across different levels of the income distribution, with the effect of discrimination reaching its maximum at the higher quantiles. This contradicts the thesis of "whitening" – embranquecimento – insofar as this thesis claims that blacks of a higher socioeconomic status may not suffer discrimination in Brazil or, at least, that they may be discriminated at a lesser extent. The data is from the 2010 Brazilian national Census. The methods are linear and non-linear regressions.*

**Keywords:** *racial inequality, discrimination, income, education, top incomes.*

## Introdução

O tema das relações raciais é um dos mais antigos das ciências sociais brasileiras. Sua história começa ainda na virada para o século XX, com os estudos de Nina Rodrigues sobre cultos religiosos afro-brasileiros na Bahia. Embora informado ainda pelo racismo científico, em boa medida o autor inflete para uma abordagem antropológica, tentando mapear origens étnicas dos negros brasileiros a partir da análise comparada de práticas religiosas (Rodrigues, 1988 [1932]). Na verdade, a contemporaneidade entre a antropologia cultural nascente, de um lado, e os métodos da antropologia física, diretamente vinculados à pesquisa sobre teorias raciais de caráter biológico, por outro, é uma característica das primeiras décadas do século XX (Willians, 1996).

<sup>1</sup> Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro, 70910-900, Brasília, DF, Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SBS 01, J, Ed. BNDES, 1610, 70076-900, Brasília, DF, Brasil.

Segundo Artur Ramos (1946), a pesquisa sobre a questão racial no Brasil se inicia com tendências muito mais antropológicas do que sociológicas, em contraste com os Estados Unidos, onde toma impulso mais forte uma perspectiva sociológica, com estudos sobre a desigualdade entre negros e brancos em termos de chances de vida. Isso não quer dizer que o contexto norte-americano não tenha sido ocasião para estudos sobre influências culturais africanas (Wilson, 1974). A questão é que, no Brasil, mantinham-se manifestações culturais com proveniência africana mais nítida, muito especialmente pela persistência de cultos e cosmologias religiosas de acentuado africanismo, que chegaram a despertar a atenção de culturalistas estrangeiros como Herskovits (1943).

Já nos Estados Unidos, no contexto de segregação racial erigido durante as décadas subsequentes à guerra civil, os estudos sobre a questão racial se concentraram muito mais nas desigualdades socioeconômicas e no acesso a serviços entre negros e brancos. No fundo, formou-se logo de início um campo de estudos sobre estratificação socioeconômica e racial, com base nos conceitos de classe e de casta (Davis, 1945). Segundo esse esquema, os Estados Unidos teriam construído uma sociedade dividida em castas raciais, cada uma delas com uma diferenciação interna por classes. A diferenciação de classe no interior da casta negra seria achatada, prevalecendo francamente as posições mais baixas, em função da subordinação racial.

Durante a década de 1930, esse tipo de estudo sobre a questão racial chegaria ao Brasil, com a pesquisa de Donald Pierson (1971). Essa pesquisa não encontraria aqui um campo vazio, mas antes a eloquente narrativa de Gilberto Freyre (2003 [1933]) sobre o caráter cordial das relações raciais no Brasil patriarcal. Ao observarem um cenário onde não existiam os mesmos dispositivos institucionais para a formação de castas raciais como aqueles presentes nos Estados Unidos, e tendo ainda como pano de fundo a narrativa freiriana, os estudiosos norte-americanos concluíram pela ausência mesma de um problema racial no Brasil, como argumenta peremptoriamente, por exemplo, o orientador de Donald Pierson em Chicago, Robert Park (2000). Criou-se, assim, a ideia de que no Brasil as diferenças raciais, embora operem como uma espécie de estigma, não constituiriam critérios relevantes de estratificação social. Essa ideia se faria presente em vários estudos posteriores, como em algumas conclusões contidas na obra *Race and Class in Rural Brazil*, organizada por Wagley (1952), cujos artigos não são, contudo, consensuais a esse respeito.

Embora trabalhos como o de Virgínia Bicudo (Bicudo e Maio, 2010) já questionassem, durante a década de 1940, a tese da irrelevância da discriminação racial, seria a partir da década seguinte que um corpo mais amplo e consistente de estudos faria esse confronto. A tônica do debate foi a de se livrar do modelo norte-americano sobre o problema racial enquanto formação de castas, tentando construir modelos capazes de descrever o problema racial no Brasil em sua especificidade. Segundo Costa Pinto (1953), a comparação com os Estados Unidos vinha sendo infértil para a pesquisa sobre relações raciais por se balizar no

esforço de utilizar categorias que não eram heurísticas para o caso brasileiro. Embora um sistema de castas não existisse no Brasil, um problema racial existia, e a questão era, então, articular conceitos capazes de descrevê-lo. Um dos esforços mais conhecidos nesse sentido é o de Oracy Nogueira (1998 [1952]) com sua dicotomia *preconceito de origem* e *preconceito de marca*. Com essa tipologia, o autor tentava dar conta de duas configurações diferentes para o problema racial, sem cair na negação da autêntica relevância da raça na determinação das chances de vida no Brasil.

Alguns autores dessa geração observaram um fenômeno interessante: que a ascensão social de pessoas negras a posições de *status* elevado acirrava os conflitos raciais. Mesmo na coletânea *Race and Class in Rural Brazil*, onde o organizador Wagley (1952) tece considerações introdutórias muito próximas aos argumentos de Donald Pierson, pesquisadores como Hutchinson encontraram evidências de que a ascensão social de negros conduzia a esse tipo de acirramento. O que estaria em jogo seria um princípio de articulação entre classe e raça que não deixaria de se enunciar pelo dito popular: *No Brasil não há racismo, o negro sabe o seu lugar*. Com cinismo, o dito afirma que na medida em que os negros permanecem subordinados, os conflitos raciais se amenizam. As relações raciais se acomodariam pela distribuição desigual de negros e brancos ao longo de "relações verticais" (Telles, 2003). Quando essa acomodação é rompida, conflitos se acentuam, pois o negro passa a ocupar posições que contrariam expectativas coletivamente compartilhadas sobre a sua posição na hierarquia social. Em outras palavras, pessoas negras afluentes ocupariam uma *posição contraditória de status*: a condição socioeconômica lhes concede *status* social positivo, enquanto a condição racial lhes confere um *status* social negativo, em virtude das expectativas de negros ocupem posições de baixo *status*.

Essa hipótese se contrapõe diretamente a uma das assertivas da tese do embranquecimento, segundo a qual pessoas negras que ascendem na escala socioeconômica seriam socialmente vistas como pessoas brancas. Segundo essa tese, os signos de *status* social adquiridos por pessoas negras com altos níveis de escolaridade e de renda eliminariam a relevância do fenótipo negroide enquanto índice para a discriminação. Já a ideia de posição contraditória de *status* afirma que esse fenótipo não apenas permanece como fator determinante para experiências de discriminação, como ganha ainda um sentido especial, por instaurar, no caso de pessoas negras com *status* de classe elevado, uma condição de socialmente "fora do lugar".

Embora tentadora, essa tese tem recebido relativamente pouca atenção pela pesquisa quantitativa sobre desigualdade racial de renda. A tradição de estudos consolidada a partir das contribuições de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg ao final da década de 1970 se concentram na abordagem que se pode chamar de *efeitos parciais*. A principal preocupação dessa abordagem é saber se há e em que medida há impactos diretos da condição racial sobre as chances de vida, mesmo quando controladas, estatisticamente, as desvantagens dos negros em termos de origem social ou de atributos produtivos como educa-

ção e experiência de vida. Essa abordagem tem sido bem-sucedida em levantar evidências que contrariam a ideia de democracia racial, uma vez que desvantagens diretamente associadas à condição racial são consistentemente encontradas. No campo de estudos sobre desigualdade de renda, especificamente, técnicas de regressão e exercícios de simulação têm sido utilizados para mostrar que existem diferenças de renda entre negros e brancos que podem ser atribuídas a práticas de discriminação racial (Matos e Machado, 2006; Campante *et al.*, 2004). Uma limitação que esses estudos têm em comum, contudo, é uma análise da desigualdade racial centrada na média dos rendimentos, na média geométrica, mais especificamente, já que é usual o trabalho com rendimentos em escala logarítmica, por questões estritamente técnicas referentes à ajustagem dos modelos de regressão.

Apenas mais recentemente, um número de estudos tem dado atenção a como a desigualdade entre negros e brancos varia ao longo da distribuição de renda (Soares, 2000; Biderman e Guimarães, 2004), encontrando níveis maiores de desigualdade nos estratos de renda mais elevada, algo corroborado por estudos sobre mobilidade social (Ribeiro, 2006; Ferreira, 2001; Hasenbalg e Silva, 1998). Esses achados fortalecem as proposições dos autores da década de 1950 mencionadas acima, ao mostrarem que quanto mais elevada a posição do negro, maiores os efeitos da discriminação racial sobre suas chances de vida. Contudo, uma questão diretamente sugerida por essas proposições ainda não foi abordada: a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos. Se é verdade que as desigualdades raciais se acirram com a ascensão do negro, seus impactos devem se fazer sentir de maneira crítica na composição dos grupos com mais alta renda. Medeiros (2005), em estudo sobre a riqueza no Brasil, nota a relevância da desigualdade racial para a composição do grupo dos ricos, sem explorar mais a fundo as mediações dessa disparidade. Por seu turno, ainda na década de 1950, Azevedo (1996 [1955]) pesquisou *As elites de cor*. O autor aponta para algumas ocupações mais qualificadas ou de maior remuneração para as quais se percebiam, através de uma investigação qualitativa, maiores dificuldades para o ingresso de pessoas negras. Azevedo não desenvolve, contudo, uma análise quantitativa dos impactos da discriminação racial e de mecanismos de mediação (como atributos individuais produtivos) sobre a desigualdade entre negros e brancos quanto às chances de estar nos grupos economicamente mais afluentes.

Esse artigo desenvolve tal estudo quantitativo. Primeiramente, faz-se uma análise do comportamento dos determinantes da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. A hipótese é a de que os impactos da discriminação racial são maiores nas posições mais elevadas dessa distribuição, onde a posição dos negros contraria seu lugar típico na hierarquia social. Num segundo momento, são investigados mais a fundo os determinantes da disparidade racial na composição do grupo dos ricos, com foco sobre a educação enquanto fator mediador dessa disparidade. A hipótese é a de que a discriminação racial contribui mais para essa disparidade do que a desigualdade educacional entre negros e brancos, em contraste com o que

tem sido constatado por estudos sobre a desigualdade racial em torno da média, para os quais a desigualdade educacional entre negros e brancos é o maior determinante em termos de peso relativo. Espera-se que essa contribuição relativamente mais modesta da mediação educacional se confirme mesmo considerando-se a desigualdade entre negros e brancos em termos de áreas de formação no curso superior. Em outras palavras, a hipótese é a de que nem mesmo o fato de os negros estarem concentrados em formações superiores menos afluentes pode responder pela maior parte da disparidade racial na composição dos grupos mais ricos.

A seguir, uma seção apresenta os dados a serem utilizados. A seção seguinte apresenta a metodologia, expondo as técnicas de regressão e de decomposição utilizadas, com foco nas motivações para o seu uso. O leitor é poupado da apresentação de fórmulas, que podem ser encontradas nas referências originais, mais especificamente dedicadas à elaboração formal das técnicas. A exposição se atém aos aspectos substantivos, cruciais à interpretação dos resultados. A quarta seção apresenta os resultados das aplicações. A seção seguinte discute as implicações teóricas desses resultados. Por fim, uma seção conclusiva discute possíveis implicações dessa discussão para políticas públicas.

## Dados

A coleta de dados do Censo Demográfico de 2010 foi realizada entre agosto e outubro de 2010. Um conjunto restrito de questões, o questionário básico, foi aplicado a toda a população residente em domicílios em território nacional. Para uma amostra da população, foram levantadas informações mais detalhadas. Essa amostra incluiu 6.192.332 domicílios, 10,7% do total de domicílios do país, perfazendo uma população de mais de 20 milhões de pessoas. O presente trabalho utiliza essas observações, por trazerem informações necessárias ao estudo.

A captação de rendimentos pelo Censo 2010 é semelhante à das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, dando ênfase a fluxos regulares de renda. O que se pode assumir sobre esses levantamentos é que, de modo geral, rendimentos do trabalho tendem a ser subdeclarados, especialmente entre os mais ricos e também entre os trabalhadores informais, cujos fluxos de renda são menos regulares. Acredita-se, contudo, que as maiores distorções ocorram em se tratando de outras fontes, como juros e retiradas de aplicações financeiras (Rocha, 2002).

O questionário do Censo inquiri o entrevistado sobre o seu rendimento bruto, anterior a descontos fiscais, previdenciários ou de qualquer outra ordem. Como deduções previdenciárias e outras deduções relacionadas a benefícios (transporte, alimentação, plano de saúde corporativo, por exemplo) são traduzidas também em circunstâncias de bem-estar, opta-se por trabalhar com os rendimentos brutos. O Censo 2010 também traz informação sobre rendimentos auferidos em outros trabalhos, além daquele considerado o principal. Contudo, embora informe os rendimentos auferidos, o Censo não traz informação

sobre a ocupação nesses outros trabalhos. Como as informações sobre ocupações foram utilizadas em alguns pré-testes, optou-se apenas pelos rendimentos do trabalho principal, com a finalidade de manter consistência entre os valores de renda e as ocupações consideradas.

Do ponto de vista da estratificação social, um dos pontos delicados no tratamento com rendimentos é que eles estão mais sujeitos a flutuações em comparação com outros indicadores de posição socioeconômica, como a ocupação e a escolaridade. Para as frações da amostra com rendimento mais baixo, essas dificuldades podem ser acentuadas pela prevalência de fluxos de renda especialmente instáveis. Como o foco da presente pesquisa é o grupo dos ricos, optou-se por lidar com essa dificuldade através da exclusão dos rendimentos inferiores a 1 salário mínimo. O salário mínimo à data de referência do Censo de 2010 era de R\$ 510,00.

Ainda no intuito de privilegiar informações sobre rendimentos que expressem posições duráveis na estratificação socioeconômica, estabeleceu-se um intervalo de idade para inclusão na amostra em estudo, com o que se excluem pessoas em fase muito inicial de suas carreiras. A idade mínima para inclusão também evita que padrões diferenciados de transição entre escola e trabalho afetem os resultados. Estabelecer uma idade máxima para inclusão é igualmente importante. Para faixas de

idade mais avançadas, a distribuição das pessoas no mundo do trabalho fica distorcida a favor das ocupações que permitem uma vida laboral mais longa. Adotou-se, então, como teto a idade de 60 anos. O resultado é uma população com pessoas entre 25 e 60 anos de idade que auferem rendimento mensal igual ou superior a 1 salário mínimo.

A delimitação do grupo dos ricos é relacional e bastante simples. São consideradas ricas as pessoas entre o 1% a com maior renda na população investigada, seguindo uma prática usual no campo de estudos sobre concentração de renda (Medeiros e Souza, 2014). O nível de renda que separa esse grupo constitui, portanto, uma linha de riqueza, que, no presente caso, equivale a R\$ 11.000,00. Todas as pessoas com renda bruta mensal no trabalho principal igual ou superior a essa linha são consideradas ricas. É importante uma nota de cautela sobre o uso do termo "riqueza" para se referir à condição de pertencer ao 1% com maior renda no trabalho principal. Sem embargo, o termo riqueza tende a ser utilizado para denotar um estoque de capital econômico acumulado, o que não é o caso no presente trabalho. A palavra riqueza é utilizada aqui para designar unicamente a condição de pertencer ao último percentil da distribuição de renda considerada. Sendo os grupos com maior renda também aqueles que mais acumulam patrimônio e outras formas de ativos,

**Tabela 1.** Estatísticas sumárias. Renda igual ou superior a 1 salário mínimo (Brasil, 2010).

**Table 1.** Summary statistics. Income equal or above the minimum wage (Brazil, 2010).

Brasil		
	Branco	Negro
Ricos	2,65%	0,60%
Renda (média em R\$)	1.999,41	1.195,69
Educação Superior	24,49%	10,26%
Médio Completo	34,73%	33,91%
Fundamental Completo	15,14%	17,79%
Fundamental Incompleto	25,36%	38,04%
Idade (média em anos completos)	39,6	38,7
Sudeste urbano		
	Branco	Negro
Ricos	2,96%	0,45%
Renda (média em R\$)	2.138,74	1.198,94
Educação Superior	27,36%	9,19%
Médio Completo	35,27%	33,47%
Fundamental Completo	15,27%	19,50%
Fundamental Incompleto	22,10%	37,83%
Idade (média em anos completos)	39,7	39

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

como títulos e ações, as disparidades de riqueza consideradas aqui, em termos exclusivos de rendimentos do trabalho, certamente subestimam disparidades de riqueza no sentido de capital econômico acumulado.

Além da discriminação, a desigualdade racial de renda é determinada por diferentes classes de fatores. Dentre aqueles observáveis através das informações disponíveis no Censo, destacam-se dois: atributos individuais e fatores ecológicos. Os atributos individuais são basicamente a educação e a experiência de vida, indicada pela idade. Fatores ecológicos se referem à distribuição desigual de negros e de brancos por regiões geográficas, o que impacta diretamente sobre as chances de inserção no mercado de trabalho, que é geograficamente segmentado. O tipo de metodologia utilizada nesse estudo preconiza a possibilidade de se interpretar os determinantes da desigualdade racial a partir de uma única classe de fatores: no caso, os atributos individuais (Fairlie, 1999; Cotton, 1998; Kitagawa e Hauser, 1968; Oaxaca e Ransom, 1994; Yun, 2009). Sendo assim, os modelos de regressão adotados geralmente não incluem fatores ecológicos.

Por outro lado, como a omissão desses fatores necessariamente enviesaria os resultados, é importante exercer alguma forma de controles sobre eles. O meio para fazer isso é a restrição da população por fatores ecológicos, de modo que se trabalhe com populações relativamente uniformes. No presente caso, restringe-se a amostra à população urbana da região sudeste de tal modo que os resultados não sofram viés pela concentração de negros em zonas rurais e regiões economicamente menos dinâmicas. Cabe ressaltar que todos os exercícios foram aplicados também para outras regiões e para zonas rurais, com os resultados sendo consistentes entre essas diferentes populações. Opta-se por apresentar os resultados para as zonas urbanas da região sudeste por ser esse o segmento mais populoso. A Tabela 1 mostra algumas estatísticas sumárias, de interesse nesse estudo, para a amostra brasileira e para aquela restrita às zonas urbanas do sudeste.

Como se nota, na população como um todo, a proporção dos brancos que estão entre os ricos é de 2,65%, comparados a 0,6% dos negros. Quando se considera o sudeste urbano, 2,96% dos brancos são ricos, contra apenas 0,45% dos negros. As rendas médias no sudeste são maiores que para o país, o que é esperado. A diferença entre as rendas médias de negros e de brancos também é maior no sudeste do que para a população total. O mesmo acontece com a educação. Observe-se que, na população como um todo, 24,5% dos brancos têm nível superior completo, contra 10,26% dos negros. No sudeste urbano, as cifras são 27,36% contra 9,19%. O que se observa pela inspeção da Tabela 1 é, portanto, que o sudeste urbano reproduz os padrões nacionais de desigualdade racial e ainda os agrava sensivelmente.

## Metodologia

As variáveis utilizadas nos exercícios com regressões serão as seguintes. Um indicador binário para a condição de rico.

Esse indicador assume o valor de um para quem está na ou acima da linha da riqueza e o valor zero para quem está abaixo. Outra variável é o logaritmo natural da renda individual mensal no trabalho principal. Note-se que a delimitação do grupo dos ricos na escala natural de renda equivale à delimitação na escala logarítmica, já que o logaritmo natural é uma função monótona estritamente crescente da renda em sua escala original. A idade, indicada por número de anos completos, é outra variável utilizada. Segundo as teorias do capital humano, a idade é um indicador da experiência profissional e, por isso, se relaciona a maiores níveis de rendimento. Contudo, como argumentam as teorias do curso de vida (Shanahan e Porfelli, 2002; Staff e Mortimer, 2007; Warren, 2002), há outras razões para que a idade se relacione à renda. Ao longo de sua trajetória de vida, as pessoas não adquirem apenas experiência profissional, mas aprendem estratégias para procurar e lidar com oportunidades no mercado de trabalho e estabelecem redes de contato economicamente úteis. Tudo isso contribui para que as chances de auferir maior renda sejam melhores para pessoas com maior idade.

A escolaridade é considerada de duas maneiras. Numa delas, o ensino superior é tomado em bloco. Nesse caso, têm-se quatro indicadores mutuamente excludentes para níveis de ensino: (a) ensino fundamental incompleto ou menos, (b) médio incompleto ou menos (inclui fundamental completo), (c) superior incompleto ou menos (inclui médio completo) e (d) curso superior completo, incluindo mestrado ou doutorado. Na segunda delas, o curso superior é desagregado em diferentes áreas de formação. O agrupamento dessas áreas segue de perto a própria classificação de áreas de formação adotada pelo Censo, além de um procedimento *ad hoc* de agrupamento com base em regressões logísticas sucessivas. Segundo esse procedimento, utiliza-se uma regressão logística relacionando apenas as áreas de formação desagregadas à probabilidade de estar entre o 1% mais rico. Com base nos resultados, são sucessivamente agrupadas as áreas de formação associadas a probabilidades semelhantes, até que se obtenha um conjunto de categorias o mais parcimonioso possível. O resultado foi um conjunto de 12 categorias de áreas de formação.

Para testar a hipótese de que a desigualdade racial de renda varia ao longo da distribuição, sendo maior nos estratos mais elevados, utiliza-se a técnica de decomposição proposta por Juhn *et al.* (1993), doravante denominada JMP. Trata-se de um exercício contrafactual em que o conjunto de coeficientes, assim como a distribuição de resíduos explicando a variação de renda de um grupo, são aplicados a um segundo grupo disjunto. O primeiro passo nesse exercício é rodar uma regressão linear do logaritmo natural da renda pela idade e pela educação, para negros e brancos em separado. Num segundo passo, aplicam-se os coeficientes obtidos na regressão dos brancos à distribuição de renda dos negros e observa-se o impacto desse exercício sobre a distribuição de renda desses últimos. Em outras palavras, obtém-se a distribuição de renda dos negros sob a hipótese contrafactual de que o mundo remunera os atributos individuais produtivos das pessoas negras do mesmo modo que remunera os

das pessoas brancas. Num terceiro passo, aplica-se à distribuição de renda das pessoas negras, além dos coeficientes, a distribuição de resíduos obtida na regressão para a população branca. Nesse caso, a alteração que se observa na distribuição de renda dos negros representa o que seria um mundo hipotético em que não houvesse, entre negros e brancos, desigualdades quanto a fatores não observados pelo Censo Demográfico de 2010.

Através desses exercícios de simulação, a desigualdade racial de renda observada de fato, em diferentes posições da distribuição, pode ser decomposta em três componentes: (a) um devido às diferenças entre os grupos no que diz respeito à distribuição das variáveis explicativas incluídas no modelo, ou seja, em termos dos atributos educação e experiência de vida; (b) outro componente que se deve às diferenças, entre os grupos, nos coeficientes que associam essas variáveis aos níveis de rendimento; e, finalmente, (c) um componente que se deve a fatores não observados. Ao presente exercício, é o segundo componente que interessa mais. Ele expressa a desigualdade racial que se deve ao fato de que o mundo, em certo sentido, funciona de modo diferente para negros e brancos. Em outras palavras, esse componente expressa o fato de que um mesmo nível educacional e de experiência de vida não se converte em rendimentos para os negros com a mesma facilidade que para os brancos.

Biderman e Guimarães (2004), num estudo semelhante, recorrem à técnica de decomposição de Oaxaca-Blinder, que se centra em diferenças de renda média. Para analisar a desigualdade em várias posições da hierarquia socioeconômica, os autores particionam a população em vários percentis da distribuição de renda e decompõem a diferença de renda média entre negros e brancos considerando a população de cada partição. O procedimento é questionável pelo fato de que um fracionamento tão grande da amostra pode enviesar drasticamente as estimativas. Esse fato talvez explique a natureza dos resultados obtidos pelos autores, que, apesar de apontarem, de maneira global, para maior desigualdade racial em posições mais altas, apresentam comportamento errático no topo da distribuição. A técnica de decomposição JMP permite que se decomponha a desigualdade ao longo da distribuição de renda sem esse tipo de fracionamento da amostra, além de ter a vantagem de distinguir o comportamento de fatores não observados da influência dos coeficientes, algo que não é feito pela decomposição Oaxaca-Blinder.

A disparidade racial na probabilidade de estar entre os mais ricos pode, por sua vez, ser abordada através da técnica de regressão logística. Operacionalmente, estima-se a relação que a educação, a idade e a condição racial mantêm com a probabilidade de ser rico. Com esse modelo, é possível verificar o quanto as desigualdades educacionais entre negros e brancos, em termos de educação em geral e em termos de formação superior específica, explicam a disparidade racial de riqueza. O mesmo modelo permite identificar também, através de exercícios após

a estimação, qual seria a probabilidade média de negros serem ricos caso eles fossem tratados como brancos, mesmo mantendo seus níveis inferiores de escolaridade atualmente observados.

Quanto à definição dos grupos raciais, adota-se a agregação entre os declarados pretos ou pardos como um único grupo (negros), e o estudo é feito em comparação aos declarados brancos. Outros grupos raciais são excluídos da amostra. Embora a distinção entre pretos e pardos seja relevante no estudo de fenômenos como a endogamia racial, no estudo sobre desigualdades socioeconômicas a distinção binária entre brancos e não brancos é mais saliente (Telles, 2003) e as identificações como negro e branco têm indicado com estabilidade diferentes estratos sociais no Brasil ao longo das últimas décadas (Turolla, 2002). Diferenças entre pretos e pardos existem, mas não a ponto de tornarem seriamente questionável o agrupamento para fins analíticos. Pode-se também questionar se não há um viés na análise advindo da possibilidade de que pessoas de fenótipo intermediário entre os extremos negroide e caucásio (pardas), quando ricas, tendam a se declarar brancas. Sendo esse o caso, parte da disparidade racial na composição do grupo dos ricos captada por esse estudo seria devida a uma menor incidência de autoidentificação das pessoas como negras. Não há, contudo, evidências conclusivas de que pessoas potencialmente classificáveis como negras tendam a se identificar como brancas quando ocupam posições com *status* socioeconômico mais elevado (Miranda-Ribeiro e Caetano, 2005).

## Resultados

Primeiramente, observe-se o comportamento das diferentes fontes de desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Como já exposto na seção anterior, esse exercício é feito através da técnica de decomposição JMP. Antes de apresentar os resultados dessa técnica, é interessante observar os resultados das regressões nas quais ela se baseia. As Tabelas 2 e 3 mostram os coeficientes estimados em regressões lineares para os rendimentos de brancos e de negros, respectivamente.

Por inspeção das tabelas já se nota que os coeficientes associando educação, idade e renda são maiores para a população branca. Para algumas categorias educacionais, como Medicina e Direito, a diferença é discreta. Para outras, como as Engenharias e o Doutorado, a diferença é mais saliente. Quanto aos coeficientes associados à idade e à idade ao quadrado, não faz sentido interpretá-los individualmente. Eles compõem um polinômio, e os sinais de cada um deles indica, como esperado, uma variação parabólica côncava da renda em função da idade. A renda cresce até determinado nível de idade e a partir daí começa a cair. Com álgebra simples<sup>2</sup>, é possível mostrar que a idade onde há essa inversão de sinal é de 55 anos para os negros

<sup>2</sup> Trata-se da fórmula para obter o valor de pico em uma função do segundo grau. Assim, o valor é obtido pelo negativo do coeficiente associado à variável idade dividido pelo dobro do coeficiente associado à variável idade ao quadrado.

e de 57 para as pessoas brancas. Em outras palavras, a renda dos negros cresce até a idade aproximada de 55 anos e então começa a cair. Para os brancos, isso acontece, em média, aos 57 anos de idade. Assim, os resultados mostram que a renda dos brancos não apenas cresce mais acentuadamente em função da idade, como também cresce durante mais tempo ao longo do curso de vida.

Note-se que as constantes contrariam a ordem geral de vantagem para pessoas brancas. Esses valores denotam a renda que é esperada, para o respectivo grupo racial, na situação em que todas as variáveis explicativas são iguais a zero. Os valores indicam que essa renda esperada é menor para os brancos (logaritmo da renda igual a 5,41) do que para os negros (logaritmo da renda igual a 5,78). Contudo, aqui é preciso ter cuidado com puros artefatos estatísticos. Não faz o menor sentido pensar em renda esperada para pessoas com idade igual a zero anos. É melhor trabalhar com valores significativos. Por exemplo, o que as constantes ajudam a mostrar é que a renda esperada de pessoas negras com 25 anos de idade (idade mínima incluída na amostra) e ensino fundamental completo é de aproximadamente R\$ 736,00, enquanto para pessoas brancas

nas mesmas condições de educação e de idade a renda esperada é maior, algo em torno de R\$ 766,00. Feitas essas considerações, passa-se agora aos resultados da decomposição JMP.

O Gráfico 1 apresenta como a desigualdade racial varia ao longo da distribuição de renda. Além disso, essa desigualdade é decomposta em (a) uma fração que se deve à desigualdade em atributos produtivos, (b) outra que se deve a fatores não observados e (c) uma terceira que se deve ao fato de que um mesmo nível de educação ou de idade não se converte em renda com a mesma facilidade para os negros como o faz para pessoas brancas.

Observa-se exatamente o comportamento ditado pela hipótese de trabalho. Quanto mais alto na distribuição, maior a desigualdade de renda entre negros e brancos que não é explicada por atributos individuais produtivos. É importante notar isso. Não apenas a desigualdade de renda total entre negros e brancos aumenta, como *a contribuição dos coeficientes cresce consistentemente*. A contribuição dos fatores não observados também cresce de modo consistente e ainda mais acentuado. Isso provavelmente se deve ao fato de que esse componente está captando o papel das heranças materiais (patrimônio) e imateriais (acesso a círculos sociais de elite, por exemplo),

Tabela 2. Regressão linear logaritmo da renda dos brancos: Brasil, sudeste urbano (2010).

Table 2. Linear regression for white people's log income: Brazil, southeast, urban areas (2010).

Variável	Variância explicada: 24%		Significância do modelo: 0,000
	Coefficiente	Coefficiente Exponenciado	Significância
Constante	5,4117	224,0121	0,000
Idade	0,5333	1,7045	0,000
Idade ao quadrado	-0,0004	0,9996	0,000
Fundamental Completo	0,1884	1,2073	0,000
Médio Completo	0,4142	1,5131	0,000
Medicina	1,8784	6,5430	0,000
Direito	1,3889	6,5430	0,000
Administração, Comércio e Economia	1,1802	3,2550	0,000
Engenharia, Produção, Arquitetura	1,5093	4,5236	0,000
Serviços, Transporte, Proteção	1,0450	2,8434	0,000
Jornalismo e Informação	1,1477	3,1509	0,000
Agricultura e Pesca	1,2767	3,5848	0,000
Ciências Biológicas, Física, Matemática	0,8742	2,3969	0,000
Saúde	1,028389	2,7963	0,000
Humanidades, Letras, Psicologia	1,028389	2,7963	0,000
Formação de Professores, Ciências da Educação	0,6029	1,8274	0,000
Mestrado ou Doutorado	1,8523	6,3745	0,000

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Tabela 3. Regressão linear logaritmo da renda dos negros: Brasil, sudeste urbano (2010).  
Table 3. Linear regression for black people's log income: Brazil, southeast, urban areas (2010).

	Variância explicada: 34%		Significância do modelo: 0,000
Variável	Coefficiente	Coefficiente exponenciado	Significância a 95% de confiança
Constante	5,7785	323,2739	0,000
Idade	0,0354	1,0360	0,000
Idade ao quadrado	-0,0003	0,9997	0,000
Fundamental Completo	0,1460	1,1572	0,000
Médio Completo	0,3042	1,3555	0,000
Medicina	1,8682	6,4766	0,000
Direito	1,3895	4,0128	0,000
Administração, Comércio e Economia	1,0277	2,7946	0,000
Engenharia, Produção, Arquitetura	1,3580	3,8884	0,000
Serviços, Transporte, Proteção	0,9871	2,6834	0,000
Jornalismo e Informação	1,0347	2,8143	0,000
Agricultura e Pesca	1,1376	3,1193	0,000
Ciências Biológicas, Física, Matemática	0,7999	2,2253	0,000
Saúde	0,9374	2,5533	0,000
Humanidades, Letras, Psicologia	0,7391	2,0940	0,000
Formação de Professores, Ciências da Educação	0,5739	1,7752	0,000
Mestrado ou Doutorado	1,7863	5,9673	0,000

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

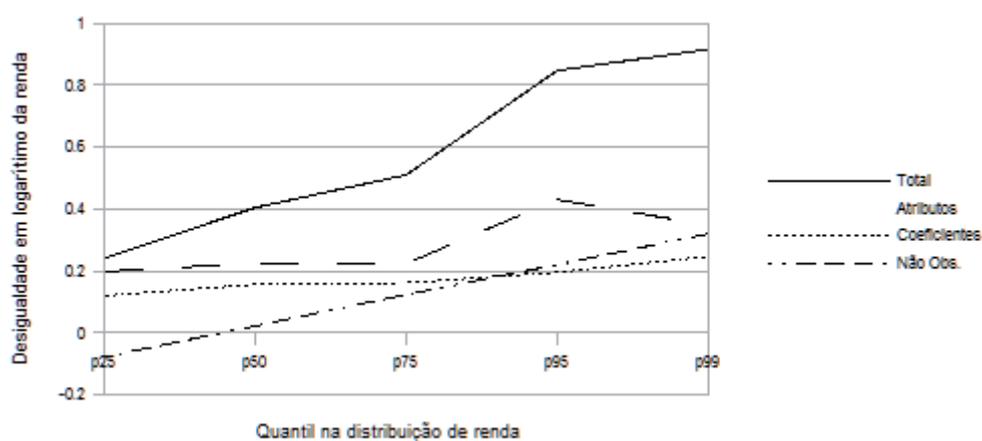


Gráfico 1. Decomposição JMP para a desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Renda igual ou superior a 1 salário mínimo. Brasil, sudeste urbano (2010).

Graph 1. JMP decomposition to racial inequality along the income distribution. Income equal or above the minimum wage. Brazil, southeast, urban areas (2010).

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

que certamente têm influência decisiva sobre as chances de vida nos estratos socioeconômicos mais elevados. Os atributos produtivos, por sua vez, têm um comportamento interessante. Sua influência sobre a desigualdade racial de renda atinge um pico em torno do 95º percentil e então cai substancialmente. Isso reforça a ideia de que, no topo da distribuição de renda, a discriminação racial assume um papel muito saliente. Se a mobilidade educacional constitui uma das melhores vias para que pessoas negras reduzam suas desvantagens com relação às pessoas brancas na competição pelas melhores oportunidades no mercado de trabalho, ao que tudo indica, essa via perde um pouco de força na competição em estratos de renda mais elevados, enquanto a discriminação racial, por outro lado, torna-se mais relevante.

Na Tabela 4 se mostra, a partir dos mesmos resultados do Gráfico 1, as contribuições relativas de cada fonte de desigualdade racial ao longo de diferentes percentis de renda.

Nota-se que, embora os impactos dos coeficientes, ou seja, da discriminação, sejam crescentes ao longo da distribuição de renda, sua contribuição relativa não o é. Isso se deve basicamente ao fato de que os impactos dos fatores não observados crescem muito mais acentuadamente e acabam por responder, nos estratos mais elevados, por uma maior contribuição relativa. A contribuição relativa dos coeficientes segue, na verdade, um padrão decrescente, mas, o que é muito significativo, recupera-se no 99º percentil, onde a contribuição dos atributos individuais sofre uma queda substantiva. É interessante notar que, na base da distribuição, os fatores não observados favorecem as pessoas negras, o que se expressa por uma contribuição negativa para a desigualdade total. É difícil dizer ao certo, mas pode ser que famílias predominantemente não brancas tenham desenvolvido estratégias especialmente adequadas para lidar com nichos menos favorecidos do mercado de trabalho e os resíduos estejam captando os impactos desse tipo de estratégia. Algo que faz sentido do ponto de vista adaptativo, pois essas famílias estão historicamente concentradas nesses ambientes.

Resta saber como é o cenário em se tratando das probabilidades de riqueza propriamente ditas. Negros têm probabilidades muito menores de estarem entre o 1% com maior renda advinda do trabalho principal. O que explica essa disparidade? Uma primeira explicação são as desigualdades educacionais, ainda mais quando se consideram as diferentes áreas de formação superior. Com efeito, pessoas negras são menos presentes em formações superiores mais afluentes, como Direito e Medicina. Como isso afeta a disparidade racial de riqueza? Por outro lado, negros sofrem sobretudo pelos baixos níveis de acesso ao ensino superior. Portanto, é plausível indagar se as diferenças por áreas de formação têm mesmo um impacto considerável, ou se é sobretudo a baixa taxa de ingresso no nível superior em si que explica a disparidade racial na composição do grupo dos ricos. A Tabela 5 mostra os resultados de três estágios de um modelo de regressão logística. No primeiro, a probabilidade de estar entre o 1% mais rico depende apenas da idade e da condição racial. No segundo, ela depende também da educação, tomando-se o nível superior de ensino como um todo. No terceiro, especificam-se as diferentes áreas de formação superior. A expectativa é que a disparidade de riqueza diretamente associada à condição racial seja menor quanto mais refinado for o controle pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos.

O que a Tabela 5 mostra são razões de chance. O valor associado à variável "negro" na primeira especificação do modelo indica que a probabilidade de uma pessoa negra estar entre os ricos é apenas 0,15 da probabilidade de uma pessoa branca estar. Como essa especificação não exerce controle por indicadores educacionais, essa acentuada disparidade racial de riqueza é em parte explicada pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos. Com efeito, no segundo modelo, observa-se que essa razão sobe para 0,32, indicando uma condição de maior paridade. As desigualdades educacionais entre negros e brancos medeiam, portanto, uma porção substancial da disparidade racial, mas não uma porção decisiva. Mesmo em condições de igualdade educacional, negros continuariam com apenas 32% das probabilidades de estar entre os ricos que os brancos têm.

**Tabela 4.** Decomposição JMP para a desigualdade racial ao longo da distribuição de renda: contribuições relativas. Renda igual ou superior a 1 salário mínimo. Brasil, sudeste urbano, 2010.

**Table 4.** JMP decomposition to racial inequality along the income distribution: relative contributions. Income equal or above the minimum wage. Brazil, southeast, urban areas (2010).

Quantil	Contribuição		
	Atributos individuais	Coefficientes	Fatores não observados
25º	81,82%	49,73%	-31,54%
50º	55,65%	38,69%	5,66%
75º	43,85%	31,77%	24,37%
95º	50,88%	23,13%	25,99%
99º	38,07%	26,99%	34,95%

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

**Tabela 5.** Razões de probabilidade de riqueza. Renda igual ou superior a 1 salário mínimo. Brasil, sudeste urbano (2010).**Table 5.** Probability reasons for wealthiness. Income equal or above the minimum wage. Brazil, southeast, urban areas (2010).

	Apenas idade	Educação em geral	Educação específica
	Razões de chances		
Fundamental Completo	-	1,84	1,991
Médio Completo	-	4.13	4,66
Superior Completo	-	27,36	-
Medicina	-	-	129,03
Direito	-	-	44,09
Administração, Comércio e Economia	-	-	36,10
Engenharia, Produção, Arquitetura	-	-	51,03
Serviços, Transporte, Proteção	-	-	33,69
Jornalismo e Informação	-	-	29,46
Agricultura e Pesca	-	-	37,44
Ciências Biológicas, Física, Matemática	-	-	19,68
Saúde	-	-	17,18
Humanidades, Letras, Psicologia	-	-	13,21
Formação de Professores, Ciências da Educação	-	-	8,02
Mestrado ou Doutorado	-	87,08	112,65
Idade	1,05	1,06	1,07
Negro	0,15	0,32	0,36

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Na terceira especificação, verifica-se a grande diversidade das áreas de formação no que se refere à associação com a riqueza. Se a formação superior, considerada como um bloco, tem uma razão de chances associada na ordem dos 27, há áreas de formação com razões de chances bem menores que esta e outras com razões muito maiores. Assim, é muito nítido que apenas algumas áreas de formação superior oferecem formação de elite, e a baixa frequência de negros nessas áreas pode explicar boa parte da disparidade racial de riqueza.

No entanto, como se observa ao comparar, entre a segunda e a terceira especificações do modelo, a razão associada à condição do negro, a distribuição desigual ao longo das diferentes áreas de formação responde por uma porção relativamente pouco expressiva da disparidade racial de riqueza. Se da primeira para a segunda especificação essa razão se recupera de 0,15 para 0,32, o controle pela desigualdade em termos de áreas de formação superior implica uma recuperação adicional

de apenas 0,04, levando a razão de chances de 0,32 para 0,36. Assim, mantidas todas as condições atuais que determinam a disparidade de riqueza entre negros e brancos, mas eliminadas as desigualdades educacionais, inclusive em termos de formação específica de elite, a probabilidade de uma pessoa negra estar entre o 1% mais rico equivaleria a 36% da probabilidade de uma pessoa branca estar.

Resta saber agora qual seria o cenário caso, mantidas as desigualdades entre negros e brancos em termos de níveis educacionais e de experiência de vida, essa última indicada pela idade, a relação entre esses atributos e as probabilidades de estar entre os ricos fosse, para os negros, a mesma que é para os brancos. Para avaliar isso, utiliza-se a terceira especificação do exercício anterior, acrescida de um termo de interação entre educação e raça. A inclusão desse termo de interação é motivada pelo fato de que a disparidade racial de riqueza não é constante ao longo das diferentes áreas de formação<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Testes formais pelo Critério de Informação Bayesiano (BIC), omitidos na presente exposição, não mostram maior desempenho do modelo com interação. Contudo, segue-se a recomendação de Treiman (2010) de que, em caso de modelos logísticos, onde os testes de performance não são completamente confiáveis, incluam-se termos de interação caso existam fortes razões teóricas ou evidências empíricas de outra ordem (que não o próprio teste formal) indicando a existência de efeitos interativos.

**Tabela 6.** Decomposição das probabilidades de riqueza. Renda igual ou superior a 1 salário mínimo. Brasil, sudeste urbano (2010).  
**Table 6.** Probability reasons for wealthiness: contrafactual sets. Income equal or above the minimum wage. Brazil, southeast, urban areas (2010).

	Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades entre negros e brancos
Global	1,9%	-
Branços como brancos	2,9%	-
Negros como negros	0,4%	0,15
Negros como brancos	1,2%	0,40

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Uma vez implementado, tal modelo descreve como as probabilidades de estar entre o 1% com maior renda se distribuem na população em estudo, de acordo com os fatores explicativos considerados. A partir dos resultados, é possível simular qual seria a distribuição dessas probabilidades para as pessoas negras caso a função se comportasse para elas do mesmo modo como se comporta para as pessoas brancas. Isso sem que se afete, contudo, a distribuição real das características individuais das pessoas negras. Com isso obtêm-se, além da probabilidade global de riqueza para o total da amostra, três probabilidades médias de estar entre o 1% mais rico: (a) para os brancos conforme eles são realmente tratados, (b) para os negros conforme eles são realmente tratados e (c) para negros caso eles fossem tratados como brancos. A Tabela 6 mostra os resultados desse exercício.

No sudeste urbano, os brancos têm, em média, uma probabilidade de riqueza da ordem de 2,9% e os negros da ordem de 0,4%. A razão entre essas probabilidades é 0,15, a mesma exposta na última linha e segunda coluna da Tabela 2, e reflete a situação real de disparidade racial na composição do 1% mais rico. A divisão entre os números expostos na segunda coluna da Tabela 3 e as razões expostas na terceira não devem coincidir apenas por questão de arredondamento. Em contraste, quando os negros são tratados como brancos, sua probabilidade média de estar entre o 1% mais rico sobe para 1,2%. Nesse caso, a razão de probabilidades entre negros e brancos é de 0,40. Compare-se essa razão àquela obtida pelo desconto dos impactos da desigualdade educacional entre negros e brancos, inclusive em termos de áreas de formação, que é de 0,36, conforme a Tabela 2. O que se nota é que a simulação de uma situação em que negros são tratados como brancos implica uma correção maior da disparidade racial de riqueza que a simulação de um cenário de perfeita igualdade educacional entre negros e brancos, inclusive em termos de formação de elite.

## Discussão

As evidências de que os efeitos da discriminação racial são maiores nos estratos sociais mais elevados são muito convincentes, o que motiva o confronto entre a ideia de posição

contraditória de *status* e a tese do embranquecimento. Essa tese tem duas facetas que devem ser consideradas. Uma delas refere-se ao tema das identidades. Pessoas de tez escura e traços negroides tenderiam a se considerarem brancas na medida em que se posicionam mais acima na hierarquia social. Embora tentadora, não há, como já observado anteriormente nesse artigo, evidências empíricas sistemáticas dando suporte a essa hipótese (Miranda-Ribeiro e Caetano, 2005). A outra faceta da tese do embranquecimento, que é a que mais nos interessa aqui, refere-se à discriminação propriamente dita, mais do que à identidade. Não se trata exatamente da hipótese de que negros mais ricos tendam a se considerar brancos, mas da hipótese de que negros, quando ricos, tendem a ser acolhidos socialmente como brancos, sofrendo, assim, menor ou virtualmente nenhuma discriminação racial. Essa faceta da tese do embranquecimento está largamente presente no senso comum e também em estudos que procuram defender a redutibilidade da questão racial no Brasil à desigualdade de classe, como em Souza (2006). Os resultados apresentados aqui confrontam diretamente essa hipótese. De maneira alguma a ascensão social parece mitigar ou, no limite, eliminar a discriminação racial sofrida pelas pessoas negras. Pelo contrário, ganha suporte a hipótese de que quanto mais elevada a posição social do negro, mais as práticas de discriminação são afetadas à desigualdade racial de renda.

Parte das dificuldades para compreender a discriminação racial no Brasil podem ser esclarecidas observando-se a maneira como a noção de grupo de *status* ocupa uma posição de fundo no debate. O esquema conceitual *casta versus classe*, concebido nos Estados Unidos na primeira metade do século XX e aplicado ao Brasil durante algum tempo, baseia-se na noção weberiana de que castas constituem uma configuração possível, na verdade, a mais recrudescida, de grupo de *status*, tendente a emergir com base em diferenças culturalmente consideradas étnicas. Nesses casos, o grupo de *status* se forma de maneira tão rígida que passa a constituir um eixo de estratificação social incondicional à posição socioeconômica. Uma pessoa negra estará socialmente interdita nos espaços de interação delimitadores da fronteira de casta, independentemente de ser rica ou pobre.

A ausência de formação de castas, por sua vez, não quer dizer que a condição racial não funcione como um princípio de formação de *status*. A ideia de que brancos e negros formam grupos de *status* não é abalada pela grande diferenciação e falta de unidade dos respectivos grupos em termos de estilos de vida ou de interdições sociais. Embora grupos de *status* sejam comunidades, elas são muitas vezes de caráter relativamente amorfo. A condição de branco concede um *status* exclusivo, mesmo não havendo uma unidade no grupo dos brancos. Ao mesmo tempo, não havendo formação de castas raciais, ao invés do crivo racial operar, para as pessoas negras, como um princípio de interdição social incondicional à posição socioeconômica, ele passa a operar de maneira condicional. A condição socioeconômica e a condição racial operam articuladamente enquanto critérios de formação de *status*. Essa é a situação enfrentada pelo Brasil pós-escravista e, progressivamente, mesmo pelos Estados Unidos pós-segregacionistas (Bates, 1988; Collins, 1983; Willie, 1978; Yamaguchi, 2009). Uma pessoa negra rica não deixa de ter *status* social elevado pelo fato de ser negra. Sua posição socioeconômica lhe garante formação positiva de *status*. Contudo, a eficácia simultânea do critério racial a coloca numa posição contraditória. A formação de *status* é sempre mediada por uma cognição social responsável por imputar valência simbólica a determinados atributos discretos (renda, escolaridade, fenótipo, linhagem, etc.). É, portanto, ao nível dessa cognição social que a condição da pessoa negra em posições socioeconômicas mais elevadas se instaura enquanto posição contraditória de *status*, na medida em que essa condição é marcada pela simultaneidade de um atributo de *status* com valência positiva (a classe social) e um atributo com valência negativa (a raça).

Essa realidade torna a discriminação racial decisiva para a disparidade na composição do grupo dos ricos. Como se viu, de maneira geral, a desigualdade racial de renda é explicada mais pela desigualdade educacional entre negros e brancos do que pela discriminação. Já quando se trata da disparidade racial de riqueza, o peso da discriminação parece se aproximar mais do peso da desigualdade educacional. Se os negros fossem tratados como os brancos são, a disparidade racial no grupo dos ricos sofreria uma correção comparável àquela que decorreria da própria equiparação educacional entre negros e brancos. Isso vale mesmo no cenário em que essa equiparação educacional se estende às diferentes áreas de formação superior, ou seja, mesmo na situação hipotética de negros não estarem concentrados em cursos superiores menos afluentes.

Nesse cenário, como fica a tese do embranquecimento naquilo em que ela se refere às práticas de discriminação? Na verdade, essa tese erra ao confundir um fenômeno de ordem estritamente semântica com a própria lógica da interação entre discriminação racial e posições de classe. Como já se argumentou, classe e raça são duas dimensões na formação de *status*. A condição de branco, assim como as posições de classe mais elevadas, está associada a maiores níveis de *status*. Do ponto de vista sintético, e a classificação social opera por sínteses (Bourdieu, 2007), a correlação entre elas faz com que uma dimensão

possa se tornar um rótulo para outra. Em outras palavras, por metonímia, a classificação "branco" serve também como rótulo para posição elevada de classe, ou para *status* de maneira geral. Afirmar-se, então, sobre um negro rico, que ele é como branco, significa apenas operar com um esquema simbólico de classificação social que concede à brancura a habilidade semântica para conotar *status* social de maneira geral. Classificar como branco um negro rico não significa, portanto, subverter a hierarquia racial, mas antes reafirmá-la em sua instância semântica, assumindo-se, via metonímia, como princípio classificatório, a correlação empírica entre a condição de branco e a condição de afluência socioeconômica.

## Conclusão

Mostrou-se que a desigualdade diretamente associada à condição racial é maior nos níveis mais elevados de renda, contribuindo, muito especialmente, para a disparidade racial na composição do grupo dos ricos. Foi visto que a mediação educacional dessa disparidade cumpre um papel importante, mas não a explica completamente. Quando a essa mediação, notou-se que ela se dá antes de tudo pelo baixo acesso de negros ao ensino superior. Contudo, há uma contribuição adicional pela distribuição desigual de negros e brancos ao longo das diferentes áreas de formação. Não obstante seu papel crucial, o desconto dessas duas fontes de desvantagem educacional das pessoas negras eleva a razão de probabilidades de riqueza entre negros e brancos de 0,15 para 0,36, denotando que a desigualdade educacional não é o único fator que explica a disparidade racial de riqueza. Por outro lado, quando se simula a situação em que os negros seriam tratados como brancos, ou seja, quando se simula um cenário hipotético sem discriminação, a mesma razão de probabilidades vai a 0,40, apresentando, portanto, uma correção levemente maior da iniquidade racial na composição do grupo dos ricos. Em outras palavras, para a disparidade racial de riqueza, é determinante o fato de que a escolaridade dos negros não é remunerada da mesma maneira que a das pessoas brancas o é.

No nível mais abstrato, o argumento lançado aqui é de que existe um princípio de articulação entre raça e classe que torna a discriminação racial um fator muito decisivo na disputa por posições mais elevadas na hierarquia socioeconômica. Mesmo a promoção da igualdade educacional entre negros e brancos mediante ações afirmativas no nível superior de ensino não tem potencial para corrigir definitivamente a disparidade racial de riqueza. Caso se reconheça o combate a essa disparidade como finalidade política, tal combate dependerá também de ações diretamente incidentes sobre o mercado de trabalho, como incentivos à contratação de pessoas negras qualificadas em termos de ensino. Não é que a ação focalizada na mediação educacional da disparidade racial de riqueza não tenha eficácia; a questão é que seu potencial de correção tem limites. Finalmente, note-se como uma limitação importante desse estudo a abordagem da riqueza apenas pelo fluxo da renda do trabalho principal e não pelo

estoque de capital econômico acumulado. Comparados a um cenário onde se aborde a riqueza propriamente dita, ou seja, todo esse estoque, os resultados do presente estudo provavelmente subestimam a disparidade racial. Em outras palavras, estudos futuros que levem em consideração aspectos como o patrimônio na definição do grupo dos ricos provavelmente encontrarão níveis de disparidade racial superiores aos identificados aqui.

## Referências

- AZEVEDO, T. de. 1955. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio*. São Paulo, Nacional, 186 p.
- BATES, T. 1988. Blacks and Whites: Narrowing the Gap? *The Review of Black Political Economy*, 16(3):115-120. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02903807>
- BICUDO, V.L.; MAIO, M.C. (org.). 2010. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 34 p.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N.A. 2004. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, 12(2):177-200. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200011>
- BOURDIEU, P. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, 556 p.
- CAMPANTE, F.R.; CRESPO, A.R.V.; LEITE, P.G.P.G. 2004. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Revista Brasileira de Economia*, 58(2):185-210. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402004000200003>
- COLLINS, S.M. 1983. The Making of the Black Middle Class. *Social Problems*, 30(4):369-382. <http://dx.doi.org/10.2307/800108>
- COSTA PINTO, L. de A. 1953. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça em uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 294 p.
- COTTON, J. 1988. On the decomposition of wage differentials. *The Review of Economics and Statistics*, 70(2):236-243. <http://dx.doi.org/10.2307/1928307>
- DAVIS, A. 1945. Caste, Economy, and Violence. *American Journal of Sociology*, 51(1):7-15. <http://dx.doi.org/10.1086/219708>
- FAIRLIE, R.W. 1999. The Absence of the African-American Owned Business: An Analysis of the Dynamics of Self-Employment. *Journal of Labor Economics*, 17(1):80-108. <http://dx.doi.org/10.1086/209914>
- FERREIRA, M.C. 2001. Permeável, ma non troppo: a mobilidade social em setores de elites, Brasil-1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(47):141-160. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000300009>
- FREYRE, G. 2003. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo, Global Editora, 719 p.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. 1998. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, XXII, Caxambu, 1998. *Anais... Caxambu*, p. 1-16. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&tid=5050&Itemid=359](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&tid=5050&Itemid=359). Acesso em: 16/08/2016.
- HERSKOVITS, M.J. 1943. The Negro in Bahia, Brazil: A Problem in Method. *American Sociological Review*, 8(4):394-404. <http://dx.doi.org/10.2307/2085800>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Censo Demográfico de 2010. Microdados. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra/resultados\\_gerais\\_amostra\\_tab\\_uf\\_microdados.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm). Acesso em: 17/08/2016.
- JUHN, C.; MURPHY, K.M.; PIERCE, B. 1993. Wage Inequality and the Rise in Returns to Skill. *Journal of Political Economy*, 101(3):410-442. <http://dx.doi.org/10.1086/261881>
- KITAGAWA, E.M.; HAUSER, P.M. 1968. Education differentials in mortality by cause of death: United States, 1960. *Demography*, 5(1):318-353. <http://dx.doi.org/10.2307/2060212>
- MATOS, R.S.; MACHADO, A.F. 2006. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). *Econômica*, 8(1):5-27.
- MEDEIROS, M. 2005. *O que faz os Ricos Ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 297 p.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P.H.F. de. 2014. The Rich, the Affluent and the Top Incomes. *Current Sociology*, 63(1):869-895.
- MIRANDA-RIBEIRO, P.; CAETANO, A.J. 2005. Como eu me vejo e como ela me vê: um estudo exploratório sobre a consistência das declarações de raça/cor entre as mulheres de 15 a 59 anos no Recife, 2002. Belo Horizonte, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://150.164.82.140/pesquisas/td/TD%20250.pdf> Acesso em: 15/06/2015.
- NOGUEIRA, O. 1998. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 248 p.
- OAXACA, R.L.; RANSOM, M.R. 1994. On discrimination and the decomposition of wage differentials. *Journal of Econometrics*, 61(1):5-21. [http://dx.doi.org/10.1016/0304-4076\(94\)90074-4](http://dx.doi.org/10.1016/0304-4076(94)90074-4)
- PARK, R. 2000. The Nature of Race Relations. In: L. BACK; J. SOLOMONS, *Theories of Race and Racism*. London, Routledge, p. 105-113.
- PIERSON, D. 1971. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 430 p.
- RAMOS, A. 1946. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 296 p.
- RIBEIRO, C.A.C. 2006. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, 49(4):833-873. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>
- ROCHA, S. 2002. *A Investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000. TD 899*. Rio de Janeiro, IPEA.
- RODRIGUES, N. 1988. *Os africanos no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 283 p.
- SHANAHAN, M.J.; PORFELLI, E. 2002. Integrating the Life Course and Life-Span: Formulating Research Questions with Dual Points of Entry. *Journal of Vocational Behavior*, 61(3):398-406. <http://dx.doi.org/10.1006/jvbe.2002.1882>
- SOARES, S.S.D. 2000. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília, Ipea.
- SOUZA, J. 2006. *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 396 p.
- STAFF, J.; MORTIMER, J.T. 2007. Educational and Work Strategies from Adolescence to Early Adulthood: Consequences for Educational Attainment. *Social Forces*, 85(3):1169-1194. <http://dx.doi.org/10.1353/sof.2007.0057>
- TELLES, E. 2003. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 347 p.
- TREIMAN, D.J. 2010. *Quantitative Data Analysis: doing social research to test ideas*. San Francisco, Jossey-Bass, 396 p.
- TUROLLA, F.A. 2002. Sistema Classificatório IBGE - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/td\\_0922.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0922.pdf). Acesso em: 10/06/2015.
- WAGLEY, C. 1952. *Race and Class in Brazil Rural*. New York, Columbia University Press, 158 p.
- WARREN, J.R. 2002. Reconsidering the Relationship between Student Employment and Academic Outcomes a New Theory and Better Data. *Youth & Society*, 33(3):366-393. <http://dx.doi.org/10.1177/0044118X02033003002>

- WILLIAMS, V. 1996. *Rethinking Race: Franz Boas and his contemporaries*. Lexington, University of Kentucky Press, 168 p.
- WILLIE, C.V. 1978. The Inclining Significance of Race. *Society*, 15(5):10. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02701608>
- WILSON, O. 1974. The Significance of the Relationship between Afro-American Music and West African Music. *The Black Perspective in Music*, 2(1):3-22. <http://dx.doi.org/10.2307/1214144>
- YAMAGUCHI, K. 2009. Black-White Differences in Social Mobility in the Past 30 Years: A Latent-class Regression Analysis. *Research in Social Stratification and Mobility*, 27(2):65-78. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rssm.2009.01.003>
- YUN, M.-S. 2009. Wage Differentials, Discrimination and Inequality: A Cautionary Note on the Juhn, Murphy and Pierce Decomposition Method. *Scottish Journal of Political Economy*, 56(1):114-122. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9485.2009.00475.x>

Submetido: 15/12/2015  
Aceito: 22/06/2016